



Poderes

Dino será ministro com 'cabeça política' no Supremo, diz Lula

— Em sabatina no Senado, atual titular da Justiça afirmou que papéis de juiz e de político são diferentes



Presidente Lula entre Flávio Dino e Ricardo Lewandowski, no Palácio do Planalto

SOFIA AGUIAR
CAIO SPECHOTO
BRASILIA

Ao anunciar, ontem, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski como sucessor de Flávio Dino no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou para enaltecer a “cabeça política” do ex-governador do Maranhão, que tomará posse como ministro do STF em fevereiro.

“Eu sempre sonhei que a gente deveria ter na Suprema Corte um ministro com a cabeça política, que tivesse vivenciado a política. Não que o que está lá não tenha. Mas ninguém que está lá tem a experiência política que tem o Flávio Dino. A experiência de deputado, de perder eleição, de ganhar eleição, de ser deputado federal, de ser governador duas vezes e, depois, senador”, disse o presidente.

A declaração de Lula contraria posicionamento do próprio Dino, manifestado durante a sabatina a que foi submetido no Senado, em 13 de dezembro. Na ocasião, o ministro da Justiça fez questão de destacar que, antes de se tornar político, foi juiz federal por 12 anos. Alvo de questionamentos por parte dos parlamentares, Dino afirmou que os papéis de político e de juiz são “diferentes”.

“Não se pode imaginar o que um juiz foi, ou o que um juiz será, a partir da leitura da sua atitude como político. São papéis diferentes”, disse o titular da Justiça aos senadores. Em seguida, fez uma analogia com as cores que representam os partidos políticos. Afirmou que cada senador ali presente tinha uma cor, o que, segundo ele, não poderia ocorrer no STF. “No Supremo, todas as coisas são da mesma cor.”

FAVORITO. Lewandowski aceitou o convite de Lula para assumir a Justiça anteontem. A con-

firmação do nome do ex-presidente do Supremo na pasta foi anunciada pelo presidente no Palácio do Planalto. Dino, Lewandowski e a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, acompanharam o pronunciamento.

“Eu sempre sonhei que a gente deveria ter na Suprema Corte um ministro com a cabeça política, que tivesse vivenciado a política”

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

mento. O presidente disse que tanto o Ministério da Justiça quanto o Supremo, além do “povo brasileiro”, ganharão com Lewandowski e Dino em seus novos cargos.

Desde que Dino foi indicado para uma vaga na Corte, em 27 de novembro do ano passado, Lewandowski era o favorito para comandar a Justiça. Lula informou que o ex-presidente

do STF tomará posse no ministério em 1.º de fevereiro porque, antes, precisa resolver compromissos particulares. Até lá, Dino seguirá à frente da pasta. Ele tomará posse no Supremo em 22 de fevereiro.

‘TIME’. Lewandowski pretendia começar uma temporada de trabalho mais tranquila e aproveitar a família, após deixar o STF em abril do ano passado. No entanto, recebeu incentivo de amigos e da própria família para aceitar o cargo.

No Planalto, Lula disse que, quando indica alguém para um cargo, é porque confia na pessoa. E declarou que não costuma interferir nas montagens das equipes. “Eu, se fosse técnico de futebol, não permitiria que o presidente do meu time, por mais importante que fosse, escalasse o meu time”, afirmou. “O meu time eu que escalo. Se eu perder, me tiram. Se eu ganhar, eu continuo”, completou, em um recado ao PSB e ao PT, que pressionam por car-

gos no ministério.

As afirmações de Lula são um sinal do poder que Lewandowski terá na Justiça. Há semanas, pessoas próximas do ex-presidente do STF diziam que ele não aceitaria trabalhar com um time que não fosse seu. Ontem, o secretário executivo da pasta, Ricardo Cappelletti, afirmou que está saindo de férias e, depois da transição, vai “cuidar da vida” (mais informações na página ao lado).

Com a saída de Dino e a entrada de Lewandowski, o Ministério da Justiça poderá ganhar atuação mais discreta. Em conversas reservadas, aliados de Lula afirmam que o ex-presidente do STF não tem o mesmo perfil de enfrentamento de Dino, que protagonizou inúmeros embates com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A relação do presidente da República com o ministro aposentado da Suprema Corte é de confiança pessoal. Lewandowski chegou ao STF em ②

Crime organizado e juiz de garantias são desafios na pasta

VINÍCIUS VALFRE
BRASILIA

Os principais desafios do novo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, serão apresentar resultados no enfrentamento do crime organizado e promover uma “costura institucional” que melhore o diálogo entre diferentes atores dos sistemas de Justiça e de Segurança Pública. A avaliação é de especialistas e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula aposta na “sensibilidade” e na “expertise” de Lewandowski para lidar com proble-

mas que o PT não tem conseguido resolver. A área de segurança pública é a responsável pela pior avaliação do governo federal. Como presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Lewandowski marcou sua gestão com a adoção de mudanças que afetaram o sistema como um todo, como o mecanismo das audiências de custódia, a partir de 2015.

Para o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, Lewandowski agrega uma “senioridade política e jurídica”

ao governo. “Tem um trabalho subterrâneo, invisível, de costura institucional, que é o grande desafio da segurança pública. Precisamos repensar o sistema de segurança. Lewandowski tem condições de fazer essa costura, de criar um novo modelo”, disse Lima.

JUIZ DE GARANTIAS. O perfil, na visão de Lima, será fundamental, por exemplo, para que não se deteriore ainda mais a relação com as polícias. Em agosto de 2023, o Supremo Tribunal Federal deu prazo de um ano para que a figura do juiz de

garantias, uma espécie de “fiscal” da investigação criminal, seja implementada. “O juiz de garantias vai ter que ajudar a

CNJ
Lewandowski foi um dos responsáveis pela adoção das audiências de custódia no País

Polícia Judiciária a melhorar o trabalho, só que as funções dos delegados são bem definidas. Se o ministro não combinar a adoção do juiz de garan-

tias com portarias, decretos, vai dar ruído”, afirmou. “É um trabalho que pode ser transformador para a Segurança Pública. Mas o Executivo vai precisar estar muito articulado com o Judiciário para não dar dor de cabeça, como foi com a audiência de custódia.”

Um dos nomes cotados para a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Benedito Mariano, secretário de Segurança da prefeitura de Diadema (SP), afirmou que a atuação do novo ministro deve focar o enfrentamento do crime organizado. ●